

À

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A/C AGENTE DE CONTRATAÇÃO.

Processo n.º 049/2024

Pregão Eletrônico n.º 018/2024

GTCI GESTÃO TECNOLÓGICA LTDA com sede em na rua Doutor Paulo Barra, 1040 Jardim Irajá, Ribeirão Preto - SP inscrito no **CNPJ** nº28.727.057/0001-06, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)Alan Lopes Marques portador(a) da Carteira de Identidade nº44.098.412 e do CPF nº369.179.208-19, **DECLARA** a Câmara Municipal de Nova Friburgo estado do Rio de Janeiro para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro

Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno

Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que

comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos

ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria

da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente

situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei

nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação

criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 -

Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990)

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

Ribeirão Preto, 17 de dezembro de 2024

Alan Lopes Marques
369.179.208-19